

ESTUDO ORTOGRÁFICO DE ATAS PRODUZIDAS NO CENTRO DE CULTURA BRASILEIRA

Celciane Alves Vasconcelos

Doutora, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná

Raquel Terezinha Rodrigues

Doutora, Universidade Estadual do Centro Oeste/ Universidade Federal de São Carlos, (Unicentro/ UFScar), Guarapuava/ São Carlos, Paraná/ São Paulo, Brasil

Stela de Castro Bichuette

Doutora, Universidade Estadual do Centro Oeste/Programa Nacional de Pós Graduação/CAPES (UNICENTRO/CAPES-PNPD), Guarapuava, Paraná

RESUMO: Considerando a *Filologia* uma ciência que tem como meta analisar textos antigos, com a finalidade de preservá-los e de interpretá-los corretamente, implicando um trabalho de preservação na medida do possível à apresentação original, nota-se a necessidade de se conhecer mais detalhadamente a história do português do Brasil. Sendo assim, o presente artigo tem o objetivo de estudar algumas questões referentes à ortografia de algumas atas produzidas em 1923, no Centro de Cultura Brasileira, do Rio de Janeiro, com o intuito de analisar os vocábulos cujas grafias ainda preservam traços de etimologização latina, visando demonstrar o alto nível de erudição das pessoas que faziam parte desse Centro, ou mais especificamente, do secretário Heitor Pereira, escriba das atas em questão. Espera-se, portanto, que esta pesquisa contribua para maiores esclarecimentos acerca da história da Língua Portuguesa, tentando compreender as fases pelas quais os períodos ortográficos sofreram alterações, principalmente, o período etimológico, mais conhecido pelos gramáticos históricos, como período pseudoetimológico.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia Portuguesa; Atas; Centro de Cultura Brasileira; Estudo Ortográfico; Adelino Magalhães

ABSTRACT: Philology is the science which investigates old texts to preserve them and interpret them correctly. Since it is actually a conservatory task which aims at reaching the original meaning of the words as much as possible, it is mandatory that in-depth and detailed studies on the history of Brazilian Portuguese should be undertaken. Current paper investigates several issues on the orthography of minutes produced in 1923 at the Center for Brazilian Culture in Rio de Janeiro, Brazil. It analyzes certain terms whose spelling still conserves Latin etymology and thus demonstrates the high cultural level of the Center's members, especially Heitor Pereira who wrote the text of the minutes under analysis. Current research will contribute towards the history of the Portuguese Language by striving to understand the phases through which orthographic periods underwent changes, particularly the etymological period, acknowledged as the pseudoetymological period by history grammarians.

KEYWORDS: Portuguese Philology; Minutes; Centro de Cultura Brasileira; Studies on Orthography; Adelino Magalhães

RÉSUMÉ: Considérant la *Philologie* comme une science qui vise à analyser des textes anciens, dans le but de les préserver et de les interpréter correctement, impliquant un travail de préservation dans la mesure du possible de la présentation originale, il convient de connaître plus en détail l'histoire du portugais brésilien. Ainsi, cet article a pour objectif d'étudier certaines questions liées à l'orthographe de quelques comptes rendus produits en 1923, au Centro de Cultura Brasileira, à Rio de Janeiro, afin d'analyser les mots dont l'orthographe conserve encore des traces d'étymologisation latine, pour viser le haut niveau d'érudition des personnes qui faisaient partie de ce centre, ou plus précisément, du secrétaire Heitor Pereira, le scribe des comptes rendus en question. On espère, donc, que cette recherche contribuera à clarifier l'histoire de la langue portugaise en essayant de comprendre les phases auxquelles des pérides orthographiques ont changé, en particulier, la période étymologique, mieux connue des grammairiens historiques comme période pseudo-étymologique.

MOTS-CLÉS: Centro de Cultura Brasileira; Comptes rendus; Étude orthographique; Philologie portugaise; Adelino Magalhães

1. Introdução

Através de textos escritos é possível compreender as fases pretéritas de determinada língua, investigando seu processo de formação e disseminação ao longo do tempo. Para este fim, os documentos manuscritos permitem ao linguista estudar não só as sincronias passadas como também revelar a diacronia do estágio atual da língua. Neste sentido, Acioli (1994, p. 01) enfatiza que “o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. É indiscutível que ele proporciona recursos inestimáveis ao historiador, representando o melhor testemunho do passado, fonte direta de informação básica para o estudo da História”. Hoje é notório que essa busca por documentos inéditos não se concentra apenas no campo da Historiografia. Segundo Cunha *et alli* (2001), muitos documentos produzidos no passado, e relegados a segundo plano, hoje são considerados fontes inestimáveis ao linguista que se preocupa em reconstituir e compreender os fenômenos linguísticos por meio dos estudos diacrônicos.

Para Megale (2000), o rigor do trabalho filológico fez com que essa ciência voltasse a usufruir o merecido destaque de épocas remotas, sem, no entanto, centrar-se apenas em textos literários, uma vez que há diversos outros tipos de documentos de suma importância para os

estudos filológicos. É o que se pode constatar na apresentação do primeiro volume da Série Diachronica, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*:

Felizmente, confirma-se cada vez mais a tendência de se acrescentar àqueles (literários), outros textos, que, visto documentarem os mais diversos usos da língua, são muito mais representativos para seu estudo do que aqueles textos até então privilegiados. Buscam-se então documentos notariais e jurídicos, cartas, jornais, periódicos, programas de televisão e mesmo a linguagem virtual da internet. Não há mais como ignorar esse vasto repertório de textos, sem dúvida de muito maior utilidade para o conhecimento da língua do que apenas o acervo das obras literárias (CUNHA, CAMBRAIA & MEGALE, 2001, p. 07).

Levando em consideração a importância da Filologia para o estudo aprofundado da linguagem por meio de documentos manuscritos, o presente trabalho é uma interface entre a Literatura e a História da Língua Portuguesa no Brasil e será feito a partir de documentos oficiais, mais especificamente de três atas que foram produzidas no Centro de Cultura Brasileira, agremiação de cunho nacionalista fundada pelo escritor fluminense Adelino Magalhães (1887-1969)¹.

2. Critérios de leitura para edição de textos

O linguista além de se preocupar pela busca de textos inéditos, precisa ser cuidadoso ao verificar se o texto em questão adotou critérios de edição, “a fim de assegurar, por um lado, a fidelidade às características linguísticas do original e, por outro, a adequada compreensão do conteúdo do texto”. (CUNHA et al., 2001, p. 07).

No entanto, não adianta apenas o editor ter em mãos um texto inédito e não saber fazer bom uso deste. É preciso submetê-lo a critérios de edição para que futuros pesquisadores possam ter acesso a conteúdos confiáveis, não comprometidos por falta de rigor metodológico, conforme nos adverte Acioli (1994, p. 01):

¹ Cf. BICHUETTE, Stela de Castro. *O programa-ideário do Centro de Cultura Brasileira* Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/401> ; BICHUETTE, Stela de Castro. *Vesperais Literárias; Semana de Arte e literatura*, Rio, 1921. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/37232>

Problemas sérios têm sido enfrentados por historiadores que se fiam cegamente nas publicações de textos raros, comuns nos livros e revistas de História. O confronto dos originais com as suas transcrições tem demonstrado quão viciadas são muitas dessas edições, por vários erros de leitura paleográfica.

Se tratando de transcrição de texto, o foco maior deve centrar-se na edição fidedigna ao original e na conservação de seu estado de língua; esse procedimento pode ser garantido pelo emprego de normas e critérios de leitura auxiliados pela cientificidade dos estudos metódicos da Filologia.

A natureza dos textos e sobre tudo a finalidade da edição que, de certa forma, determinam os métodos e normas de transcrição, haja vista que o nível de interferência do editor no original está condicionado ao objeto da pesquisa, se puramente linguístico, histórico ou literário. Por isso, se constata a existência de vários tipos de edição, pois para cada intenção, há um critério diferente.

Para este trabalho, elegeu-se a edição diplomática que se preocupa em preservar ao máximo as características do manuscrito original, e também facilita a leitura dos documentos, a fim de que outros pesquisadores possam estudá-los do ponto de vista histórico ou linguístico. Neste tipo de edição faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no documento.

Para edição do corpus deste trabalho foram aplicadas algumas normas condizentes com a finalidade da transcrição e da pesquisa em questão, a saber: (i) a grafia do texto é fielmente respeitada; (ii) as abreviaturas, a pontuação e acentuação originais são rigorosamente mantidas; (iii) o emprego de maiúscula e minúscula também é rigorosamente respeitado; (iv) as leituras por conjectura, sem probabilidade de erros, das lacunas existentes no documento, devem vir entre colchetes. Exemplo: *e tamb[em]; par[a]; a reuni[ão]*; (v) a divisão das linhas do documento original é preservada ao longo do texto (formato justaposição); (vi) a mudança de fólio recebe a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r.||, ||1v.||, ||2r.||; e (vii) as linhas são numeradas de cinco em cinco (essa numeração encontra-se à margem direita da mancha, e à esquerda do leitor; e será feita de maneira contínua por documento). As cópias digitalizadas das atas, também conhecida por reprodução *fac-similada* ou *fac-símile*, encontram-se em anexo.

3. Lição Diplomática

|| Fól. 1r ||

Acta da 2ª Sessão² do Centro de Cultura Brasileira

Sob a presidência do Sr. Adelino Magalhães, realizou-se no dia 12 de Abril a segunda sessão do Centro.

05

Aberta a sessão o Sr. presidente tomou a palavra para comunicar que, durante a semana finda, iniciara a propaganda do Centro e dera os primeiros passos para um entendimento com os gremios escolares das faculdades superiores e com varias associações scientificas e litterarias. Visitara o Centro Musical, onde o S. Amado Cysneiro, fez a gentileza de lhe mostrar o trabalho que vem sendo feito em pról da formação do Theatro Lyrico.

10

Foi proposto então um voto de louvor por tal iniciativa do Sr. Cysneiro com seus companheiros e que se enviase à sociedade irmã um offício manifestando a esperança de que do programma da Sociedade constassem sempre operas nacionaes.

15

Foi tambem proposto que se enviase um offício à Directoria do Cinema Palais e ao Sr. J Araujo, de Manaos, felicitando-os pela exhibição do filme “No Paiz das Amazonas”; e á Empresa do Trianon pela representação da peça “O Noviço”, obras do creador do theatro brasileiro.

20

Approvou-se que se passasse um telegramma ao prefeito do Districto Federal, felicitando-o pelo projecto de remodelação architectonica da cidade.

25

Sobre o theatro nacional fallaram os Sr. Marcilio Lima e Theodoro de Albuquerque. Sobre o jornalismo o Sr. Porto da Silveira. Por fim o Sr.

30

Murillo Araujo leu um projecto de Estatutos, veriamente discutidos mas approvado na quasi totalidade. Sobre este assumpto fallaram os Srs. Arnaldo Damasceno Vieira, Heitor Pereira, Mario Vilalva, Henrique de Araujo e Francisco Schettino.

35

Ofereceram serviços clinicos para os socios do Centro os Srs. Annibal Faller, Henrique Duque, José Geraldo Vieira e Fernando Valle. Antes de terminar

|| Fól. 1v ||

a sessão foi recebida uma carta do Sr. Mozart Monteiro, que será submettidaá apreciação da Assembléa. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente encerrou a sessão.

05

Heitor Pereira
Secretario

Acta da 3ª Sessão do Centro de Cultura Brasileira

² No arquivo do escritor Adelino Magalhães, escritor fluminense e presidente do Centro de Cultura Brasileira, encontrou-se apenas as atas a partir da 2ª sessão.

Realizou-se no dia 19 de Abril a terceira sessão do
Centro, o Sr. presidente fez um resumo da acção
10 da referida sociedade, durante a semana finda,
mostrando como já se tem feito bemquista com
o auxilio gentil de alguns jornaes. Estes teem publica
do topicos e artigos em torno de alguns pontos
do programma do Centro, applaudindo a attitude
15 dos seus fundadores e socios. Disse ainda o Sr.
Adelino Magalhães que respondera a um artigo
do Sr. Fabio Luz, no qual haviam saido alguma[s]
críticas sobre a nova agremiação.
O actor Sr. Candido Nazareth falou sobre a criação
20 do curso para actores, assim como, o Sr. Marcilio Lim[a]
O Sr. João Hygino da Silva, presidente do Centro M[u]
sical, falou sobre o desprezo em que os poderes
publicos deixam, no Rio, os musicos naciona[es]
os quaes são victimas da exploração feita por certa[s]
25 orquestras estranjeiras. Sobre questões atinentes
ao jornalismo falaram os Srs. Rubey Wanderl[ey]
e Marcio Teixeira e Pedro Timotheo.
Foram propostos e eleitos como socios os Srs.
Bastos Tigre e Oscar Lopes. Em seguida, dev[i]
30 do realizar-se a eleição de uma directoria pro
visoria, o Sr. Gastão Franca Amaral propôs que
fosse considerado presidente do Centro, interina[men]
te, o Sr. Adelino Magalhães.
A eleição deu como resultado: Amadeu Amar[al]
35 vice presidente; 1º secretario - Mario Vilalva; 2º s[e]

|| Fól. 2r ||
cretario - Arnaldo Damasceno Vieira - 3º secretario -
Francisco Galvão; 1º thesoureiro - Porto da Silveira;
2º thesoureiro - Francisco Schettino - Directoria de Publi-
05 cidade: Mancio Teixeira, Horacio Cartier, Rubey Wan-
derley e Alberto Nunes. Nada mais havendo a
tratar o Sr. presidente encerrou a sessão.
Heitor Pereira
Secretario
10 Acta da 4ª Sessão do Centro de Cultura Brasileira
Sob a presidência do Sr. Adelino Magalhaes, secre-
tariado pelo Sr. Heitor Pereira, realizou-se
a quarta sessão do Centro em 26 de Abril de 1923
15 Foram apresentadas duas propostas sobre o cur-
so de jornalistas e do curso de artistas scenicos,
contendo cadeiras que devem constituir taes cur-
sos e a sua repartição em séries.
Estas propostas foram ás commissões compe-
20 tentes, de Publicismo e Theatro, e copias dellas se-
rão enviadas á Associação de Imprensa, ao Cir-
culo de Imprensa, á Casa dos Artistas e á Socieda-
dade Autores Theatraes. Sobre o Theatro Nacional
falou o Sr. Adelino Magalhães, lastimando que o

- 25 empresário José Loureiro ainda continuasse a ser um entrave para a arte nacional. Falou a Sra. Maria Rosa Ribeiro, a qual fez considerações em torno do teatro brasileiro. O Sr. Agenor Cysneiros, verberou o procedimento de artistas como o Sr. Machado Del Negri que concorrem para a desmoralização da arte nacional.
- 30 O Sr. Marcilio Lima pediu a palavra para comunicar que representaria a sociedade no festival João Caetano. Nos debates tomarão parte Arnaldo D. Vieira, Jayme Paraiso, Cysneiros e outros. O Sr. Porto da Silveira, fez largas considerações sobre a questão theatral no Brasil.
- 35

4. Síntese Histórica da Ortografia Portuguesa

Segundo Teyssier (2004, p. 03), as primeiras manifestações escritas em português surgiram no século XIII, e neste período as flutuações ortográficas eram constantes devido à ausência de sistematização da grafia dos vocábulos. Consoante Coutinho (1967, p.67), o som e a letra apresentavam uma estreita relação, parecendo que “a língua era escrita para o ouvido e não para os olhos, já que, à época, era uma minoria que dominava a leitura”.

Com relação à diacronia da ortografia portuguesa, é comum entre os linguistas históricos (COUTINHO, 1967; MELO, 1971; WILLIAMS, 1973) dividi-la em três períodos ou tendências: o *fonético*, o *pseudoetimológico* e o *simplificado*.

O período *fonético* compreende a fase que se inicia desde os primeiros documentos redigidos em português e vai até o século XVI. Estudiosos da língua o denominam como *fonético*, por constatarem certa semelhança entre as palavras grafadas mais ou menos de acordo com a pronúncia. Nesta fase do idioma, conhecida também como arcaica, a ortografia representava exclusivamente os sons da fala, inexistindo a uma padronização no registro da escrita, conforme elucida Paiva (1988, p. 39-40):

a ortografia é extremamente arbitrária, havendo palavras até com mais de quatro ou cinco formas. [...].

A palavra *inimigo* podia apresentar as seguintes grafias: *ymigo*, *imygo*, *jmigo*, *jmiguo*, *emmigo*, *inniguo*, *inniigo*, *ynmyguo*; a forma *deveis*: *devees*, *deves*, *deveys*, *deveis*; o advérbio *não*: *nam*, *nã*, *nom*, *nõ*, *nãao*, *não* e assim muitas outras.

No que tange à polêmica sobre o período fonético, atualmente, começam a surgir novas propostas esclarecedoras, as quais refutam o termo ‘escrita fonética’ para definir o período ortográfico entre os séculos XII a XIV. Segundo Cagliari (1994) e Massini-Cagliari (1998), em estudos do português arcaico, há um crença de que a escrita do português, nessa época, era fonética, ou seja, procurava transcrever fielmente os sons da fala de quem produziu o texto. Os autores argumentam que a falta de uma tradição ortográfica comum até início do século XX, em Portugal, fez com que esse período fosse marcado por um “grande caos ortográfico”. Para eles, então, não se deve ressaltar um período de ortografia fonética para o português antigo, mas salientar que o que ocorria era uma escrita baseada no modelo latino, ou seja, ortográfica, por isso, grande parte dos escribas usava sua intuição no ato de escrever, o que ocasionava muitas confusões ortográficas devido à variação dialetal e ao uso individual que as pessoas faziam das grafias das palavras. Portanto, Massini-Cagliari (1998, p. 177) propõe uma revisão do emprego do termo ‘fonético’³ atribuído à periodização da ortografia da língua portuguesa, e esclarece que ‘período fonético’ só seria aceitável se considerado em oposição ao ‘período etimológico’:

quanto ao caráter fonético da escrita nessa época do desenvolvimento da língua, podem ser tomadas como verdadeiras apenas se se fizer a ressalva de que, embora inadequadamente, o termo ‘fonético’ é, nesses casos, usado em oposição a ‘etimológico’ – e não no seu sentido primeiro de ‘transcrição fiel da fala’. Assim procedendo, estaremos nos livrando das armadilhas a que o rótulo pode conduzir, através da utilização de uma terminologia mais adequada. (MASSINI-CAGLIARI, 1998, p. 177).

O segundo período denominado *etimológico* e/ou *pseudoetimológico*⁴ começa no início do século XVI e se estende até 1904, data da publicação da *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, que marca o início do período das reformas ortográficas, até os dias atuais. Os escritores e copistas, em perfeita consonância com o contexto da época e influenciados pelo movimento humanista renascentista, buscam nas línguas da Antiguidade Clássica, razão para o rebuscamento das palavras escritas – pois não representava nenhum valor fonético –, resultando

³ Apesar da autora Massini-Cagliari não ser favorável ao emprego do termo ‘fonético’ atribuído à periodização da ortografia da língua portuguesa, também não sugere qual termo utilizar em seu lugar.

⁴ A linguista Maria Filomena Gonçalves esclarece que até o início do século XVIII, a tendência ortográfica era etimologizante conforme normalização e critérios defendidos, principalmente, por João de Moraes Madureira Feijó. Após esse período, devido aos excessos da adoção de grafias supostamente de origem latina ou helênica, chega a atingir o nível da pseudo-etimologia, como por exemplo, a palavra ‘thesoura’, grafada com ‘th’ por influência analógica de *thesouro* (lat. THESAURUS-). (GONÇALVES, 1992, p. 101-102).

num grau de eruditismo que se caracterizava pelo emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, invenção de símbolos extravagantes e pretexto de certa aproximação com a cultura clássica greco-latina, bem como observa Coutinho (1967, p 71) na seguinte passagem: “O maior conhecimento do latim, sobretudo com o Renascimento, que proclamava a necessidade de se conhecerem os escritores clássicos, romanos e gregos, foi causa de que começassem a aparecer entre nós as complicações gráficas”. Em seguida, o mesmo autor afirma ter ocorrido neste período “um divórcio entre a língua falada e a escrita” (COUTINHO, 1967, p 71).

Gonçalves (1992), discorrendo sobre os ortografistas e gramáticos seiscentistas e setecentistas, comenta que a tendência etimologizante ganha força a partir da obra *Orthographia da lingua portuguesa* (1ª ed. 1576), de Duarte Nunes de Leão, e segundo a autora, “O sistema (orto)gráfico do português apresentará, assim, uma progressiva complexidade pela introdução de grafemas ou de dígrafos, quer latinos quer gregos”. (GONÇALVES, 1992, p. 43).

Como consequência, o período etimológico tem seu apogeu durante o século XVIII, com um livro em particular, *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, autoria de João de Moraes Madureira Feijó (1ª ed. 1734), e segundo Gonçalves (1992, p. 45), “encontrou uma maior receptividade, representando, pelas referências de que é objecto, uma espécie de *bíblia ortográfica* ou de *vade mecum* da época”.

Dada a proporção da notoriedade dos feitos de Madureira Feijó, e de demais ortografistas consoantes a seu pensamento, Williams (1973, p. 41) salienta que a escrita deste período “teve tremenda influência em favor da causa das grafias etimológicas por mais de um século e meio, [...] e terminou por predomínio arrasador da ortografia etimológica”.

Se por um lado, cresce a defesa em prol de uma ortografia que representasse a verdadeira especulação etimológica; por outro lado, em mesma proporção, aumenta a confusão das grafias – capitaneadas pelo pseudoetimologismo –, pois muitos que a defendiam, não eram bons conhecedores das línguas gregas e latinas. Conforme corrobora Pinto (1988, p. 15), “o tema era polêmico e tratado sem muita coerência, nem base científica”.

Foi se percebendo então, nesta fase, que a não utilização de um método de pesquisa etimológica, resultava em grafias complexas por não estar vinculada aos princípios de evolução do idioma, como exemplo: *sepulchro*, *chrystal*, *thesoura*, *theor*, *lyrio*, *cysne*, *systema*, *cathegoria*, *cathecismo*, *author*, *authonomia*, *contricção*, *tradicção*, *Hyppolitho*, *Collyseu*,

Thiago, Themudo, Ignez, fleugma, licção, enygma, ellypse, dacta, satyra, posthumo, innundar, querella, etc. (COUTINHO, 1967, p. 77), e mesmo com a pretensão de se basear na etimologia da palavra, a grafia estava cheia de equívocos e de formas absurdas, sem alusão ao etimológico. Sobre o assunto, Coutinho (1967, p.77) cita Gonçalves Viana, justificando ser esta autoridade suma na matéria:

Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenho dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto.

Em suma, a ortografia portuguesa, em seu primórdio, foi razoavelmente simples e bem coerente com a pronúncia geral das pessoas, se comparado às do inglês e francês. Mas com o tempo, conforme Melo (1971), sob “influência erudita, principalmente no Renascimento, entrou a se complicar e a se multiplicar em variantes, e assim chegamos ao fim do século XIX num estado de balbúrdia tamanha, que bem se podia dizer que cada alfabetizado tinha o seu sistema de escrita”. (MELO, 1971, p. 161).

Dentre os grupos que defendiam novos acordos na busca de uma unificação ortográfica para a língua portuguesa, em meados do século XVIII, destaca-se Luís António Verney, uma figura conhecida pelo bom-senso e pelo espírito esclarecido, que defendia uma ortografia com base fonética, declarando que os portugueses deveriam escrever sua língua, da mesma maneira que a pronunciam. Dessa forma, esse estudioso representa o marco da ortografia entre as fases pseudoetimológica e a simplificada. Verney produziu uma obra composta por dezesseis cartas, interessando-nos apenas a Carta Primeira, por se tratar das questões ortográficas. A esse propósito, ele traça um programa para reformar os estatutos do idioma, ressaltando dentre tantos questionamentos, a inutilidade do emprego dos grafemas reduplicados: “Daqui fica claro que devem desterrar-se da língua portuguesa aquelas letras dobradas que de nada servem: os dois SS, dois LL, dois PP, etc. Na pronúncia da língua não se ouve coisa alguma que faça dobrar as ditas consoantes”. (VERNEY apud GONÇALVES, 1992, p. 104).

De acordo com Gonçalves (1992, p.105), em 1885, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu publicaram *Bases da Ortografia Portuguesa*, numa tentativa de equilibrar

os sistemas fonéticos e etimológicos, com a lógica e com os princípios filosóficos, justificados pela influência que receberam da linguística histórico-comparativa que pondera a língua como fato social, propondo os seguintes pontos: a “supressão dos dígrafos gregos; a substituição do grupo latino *ph* por *f*; a quase total eliminação das consoantes duplas; a supressão de boa parte das consoantes mudas e o uso mais generalizado dos acentos”. Porém, só em 1911 é nomeada uma comissão para fixar as bases da ortografia portuguesa, estudada conforme os aspectos científicos, sendo fixadas de fato, em caráter de lei, tanto em Portugal quanto no Brasil, iniciando desse modo, o chamado período das reformas ortográficas que percorreria todo o século XX.

Portanto, a consolidação da sistematização da ortografia portuguesa, deve-se dentre tantas obras, mais em especial, à *Ortografia Nacional: Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas*, de Gonçalves Viana, que acreditava que a base para a regularização da ortografia estaria na história da língua no tempo e no espaço.

No entanto, apesar dos acordos na busca de unificação ortográfica do português, a propagação em demasia de tratados ortográficos não conduziu a tão esperada homogeneização ortográfica nem em Portugal, muito menos no Brasil, pois, cabe ressaltar que, se trata de uma época em que era baixo o número de pessoas que frequentavam a escola, e conseqüentemente, a escolarização era privilégio de poucos, resultando numa restrição de hábitos de leitura e de escrita, e favorecendo de certa forma, a dificuldade de se ter uma grafia uniforme, conforme os textos manuscritos são testemunhas.

Mas, por outro lado, é importante frisar que nas atas produzidas no Centro de Cultura Brasileira prevê que o escriba, na qualidade de secretário, faça uso da escrita segundo a norma culta carioca onde o contexto de escritura é o de elevado grau de formalismo, aproximando-se, pois, dos altos níveis de formalidade daqueles que frequentavam esse local, cujo contexto de produção escrita redigida por eles, demonstra relevantes fontes de expressão das normas gramaticais e ortográficas do português lusitano e brasileiro.

Deste modo, podemos verificar que, embora a proposta por uma ortografia simplificada para facilitar a escrita da Língua Portuguesa, tenha dado seus primeiros sinais no final do século XIX, ainda é possível constatar nas atas de 1923, o registro de grafias antigas típicas do período etimológico, o que só corrobora o vasto nível de erudição do secretário Heitor Pereira pertencente ao Centro de Cultura Brasileira do Rio de Janeiro.

Na seção seguinte, iremos destacar e descrever os vocábulos cuja grafia apresenta casos de ortografia etimológica ou pseudoetimológica presente no documento manuscrito.

5. Análise da Ortografia do *Corpus*

Desse material analisado, verificamos a existência de traços que evidenciam a tendência do período etimológico e/ou pseudoetimológico. As palavras selecionadas são aquelas cujos grafemas foram alvo, ao longo da história da ortografia, de discussões e desacordos, a saber: letras geminadas (*ff*, *ll*, *mm*, *pp*, *tt*), mudas (*h*, *cç*, *ct*, *pt*, *sc*), aspiradas greco-latinas (*th*, *ch* com valor de oclusiva velar), emprego de *y*, emprego de *z* no lugar de *s*, e de *j* no lugar de *g*.

Consoantes geminadas

O emprego das consoantes duplas era comum na língua latina, que geralmente tinham valores diferentes das simples. Desde a origem da língua portuguesa, observa-se uma redução sistemática da utilização das geminadas, ocasionando com o tempo a sua extinção, com exceção dos dígrafos *-rr* e *-ss*, ambos de valores distintivos. Porém, tanto no português arcaico como no português moderno ainda se encontram palavras escritas com consoantes duplas. Fazendo um breve levantamento das consoantes dobradas presentes no *corpus* deste trabalho, percebe-se a presença da etimologização gráfica dos seguintes vocábulos: **ff**: *offício*; **ll**: *dellas*; **mm**: *commissões*, *communicar* (2 ocorrências), *programma* (2 ocorrências), *telegramma*; **pp**: *applaudindo*, *aprovado*, *aprovou-se*; **tt**: *attitude*, *litterarias*, *submettida*, com exceção do termo *fallaram* (2 ocorrências), cuja etimologia vem do verbo latino *fabulare*.

De acordo com esses dados, acredita-se que o escriba possuía um elevado grau de instrução, pois dos treze termos registrados com consoantes geminadas, apenas o vocábulo *fallaram* serve como exemplo de pseudoetimologia ortográfica.

Letras mudas

Grafema h e aspiradas greco-latinas th e ch

Ao longo do tempo, o grafema *h* foi sendo sistematicamente eliminado dos vocábulos portugueses por não apresentar valor fonético em início ou fim de palavras. Tanto é que no português antigo, o emprego da letra *h* inicial, não parecia seguir uma preocupação etimológica (SAID ALI, 1971, p. 44). A sua conservação no léxico da língua portuguesa seguiria os critérios estabelecidos pelo Acordo Ortográfico de 1945, nos seguintes casos: (i) início de certas palavras por razões etimológicas; (ii) início e fim de algumas interjeições; (iii) formação dos dígrafos *ch*, *lh* e *nh*. Observa-se, porém, um caso peculiar com relação à palavra *Bahia*, cujo *h* cristalizou-se em sua grafia por questões da tradição escrita conforme consta do Formulário Ortográfico de 1943, que diz: “Os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo Bahia, que conservará esta forma quando se aplicar em referência ao Estado e à cidade que têm esse nome”. Mais uma vez, podemos constatar o conhecimento etimológico do escriba, pois o registro do termo *exibição*, conforme sua origem latina *exhibire*, foi anterior à Reforma Ortográfica de 1945, e a partir desta data, o critério estabelecido exigia a queda do grafema *h* em posição medial, passando a ser grafado *exibição*.

A mesma regra de supressão aplicou-se para as aspiradas greco-latinas *ch* (com som de *k*) e *th*, uma vez que não havia representação de nenhum valor fonético deste grupo na língua portuguesa. A título de informação, os vocábulos *Architectonica* (do latim *architectonĭcus*), *Orchestras* (do latim *orchēstra*), *theatro* (do latim *theātrum*), *theatraes*, *theatral* (variantes do termo ‘theatro’) e *thesoureiro* (do latim *thēsaurārius*), presentes nas atas analisadas, atestam o conhecimento etimológico que escriba possuía.

Grupos consonantais impróprios

A união de grupos consonantais impróprios como *çç*, *ct*, *pt* e *sc* reduziram-se na língua portuguesa desde a transição do latim vulgar para as línguas românicas.

A grafia de letras não pronunciadas no meio de palavra, mais tarde foi abolida sem nenhum prejuízo para seu perfeito entendimento. Assim, consoantes aparentemente “sem função” fonética são justificadas pela etimologia da palavra, ou por analogia com outras palavras semelhantes.

A palavra *acção* assim registrada pelo escriba conserva o *c* etimológico oriundo do termo latino *āctiō*, e segundo as regras do Acordo Ortográfico, palavras escritas com o grupo

consonantal *cç*, só sofreriam a supressão da letra *c*, nos casos em que este não fosse pronunciado.

Said Ali (1971) afirma que a oclusiva *p*, consoante de transição no grupo latino *mpt*, deixou de subsistir desde o momento em que *m* perdia seu valor de consoante labial nasalizando a vogal precedente. Em *prumptos*, *prumpta*, *prumptidão* pode-se confirmar a origem do latim *promptu*, portanto este *p* é etimológico. Em *acto* também reside o fundamento da etimologia latina do vocábulo, vem do latim *actum -i*. No processo de evolução fonética do grupo consonantal *-ct*, ocorre a “assimilação da consoante *-c-* ao *-t-* e depois redução dos *-tt-* a *-t-*” (COUTINHO, 1967, p. 124). Desse tipo de assimilação, têm-se as seguintes ocorrências no *corpus*: **ct**: *acta* (3 ocorrências), *actor*, *actores*, *architectonica*, *directoria* (3 ocorrências), *districto*, *projecto* (2 ocorrências), *victimas*; **pt**: *assumpto*.

Outros vocábulos registrados nas atas que confirmam o grau de erudição do escriba são: *scenicos* (do latim *scēnīcus*), *scientificas* (do latim *scientīfīcus*) e *lyrico* (do latim *lyrīcus*). A mudança ortográfica dos grupos consonantais *sc* ocorreria caso o *s* impuro estivesse em posição inicial e seguido de *e* ou *i* resultando numa aférese. Já a letra *y*, de origem grega, foi abolida do alfabeto em 1943, sendo substituída pelo grafema *i*.

Considerações finais

Através da leitura e edição das três atas pertencentes ao Centro de Cultura Brasileira, localizado no município do Rio de Janeiro, datadas em 1923, foi possível depreender algumas informações acerca da língua portuguesa.

A partir desse percurso analítico, portanto, constatamos que, a escrita do secretário Heitor Pereira, produzida na primeira metade do século XX, era coerente não só ao grupo elitizado, do qual ele fazia parte, como também com as propostas do período ortográfico daquela época, por apresentar uma grafia aparentemente normatizada e etimologizante, conforme as prescrições ortográficas vigentes naquele período. Comprovamos que os grafemas de usos mais discutidos e polêmicos ao longo da história da ortografia portuguesa, apresentavam-se em consonância às normas gramaticais da tendência etimológica.

Em contrapartida, é sabido que apenas um pequeno número de pessoas letradas pertencia à sociedade brasileira no período em questão e, desta forma, a grafia passava por

diversos tipos de flutuações ortográficas, a ponto de não haver mais consenso entre o que seria etimológico ou disparates gráficos.

Com intuito de resolver esse problema da grafia portuguesa, vários linguistas da época, em particular Coutinho (1967), defendia uma democratização da ortografia, ou seja, “A língua escrita, como a falada, é uma propriedade coletiva. Para que todos dela possam utilizar-se, como de direito, torna-se necessário que se eliminem os óbices por meio de uma grafia racional e fácil”. (COUTINHO, 1967, p. 76).

Portanto, em virtude da repercussão do trabalho de Gonçalves Viana, em 1911, Portugal nomeou uma comissão de renomados filólogos para se estudar as bases da reforma ortográfica que foram sugeridas pelo foneticista supracitado.

REFERÊNCIAS:

ACIOLI, V. L. C. A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: UFPE: Massangana, 1994.

Acordo Ortográfico. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>>. Acesso em 7 fev. 2018.

AGUILERA, V. de A. Variação fonético-ortográfica no português dos séculos XVIII e XIX: primeiros estudos em manuscritos paranaenses. In: Caderno de Resumos do II Congresso Internacional de Fonética e Fonologia (p. 15-15) São Luís, MA, 2004

AUTOR

CAGLIARI, L. CO que é a ortografia? Estudos Lingüísticos XXIII – Anais de Seminários do GEL (p.552-559). São Paulo, 1994.

COUTINHO, I. de L. Gramática histórica. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

CUNHA, A. G. da, CAMBRAIA, C. N., & MEGALE, H. A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear. 2. ed. v. 1. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2001. (Série Diachronica).

GONÇALVES, M. F. Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: Para uma História da Ortografia Portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação e Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

MASSANI-CAGLIARI, G. Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortográfica? *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 159-178, 1998. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/site/images/arquivos/FLP2/MassiniCagliari1998.pdf>

MEGALE, H. *Filologia Bandeirantes: estudos I*. São Paulo: Humanitas, 2000.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

PAIVA, D. F. *História da língua portuguesa. Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1998. (Série Fundamentos, 2).

PINTO, R. M. *História da língua portuguesa. Século XVIII*. São Paulo: Ática, 1998. (Série Fundamentos, 4).

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

Anexos

[Fól. 1r]

Acta da 2ª Sessão do Centro de Cultura Brasileira

Sob a presidencia do Sr. Adelino Magalhães, realizou-se no dia 12 de Abril a segunda sessão do Centro Aberto a sessão o Sr. presidente tomou a palavra para comunicar que, durante a semana finda, iniciara a propaganda do Centro e deu os primeiros passos para um entendimento com os gremios escolares das faculdades superiores e com varias associações scientificas e litterarias. Visitara o Centro Municipal, onde o Sr. Amado Byrreiros, fez a gentileza de lhe mostrar o trabalho que vem sendo feito em prol da formação do Theatro Lyrico.

Foi proposto então um voto de louvor por tal iniciativa do Sr. Byrreiros com seus companheiros e que se enviasse a sociedade irma um officio manifestando a esperanza de que do programma da Sociedade constassem sempre operas nacionais.

Foi tambem proposto que se enviasse um officio a Directoria do Cinema Palais e ao Sr. Y. Araujo de Manaus, felicitando-os pela exhibição do film "No País das Amazonas", e a Empresa do Orionou pela representação da peça "O Noivo", obra do creador do theatro brasileiro.

Approvou-se que se passasse um telegramma ao prefeito do Districto Federal, felicitando-o pelo projecto de remodelação architectonica da cidade.

Sobre o theatro nacional fallaram os Sr. Narcilio Lima e Theodoro de Albuquerque. Sobre o jornalismo o Sr. Porto da Silveira. Por fim o Sr. Eurillo Araujo leu um projecto de Estatutos, uinamente discutidos mas approvados na quasi totalidade. Sobre este assumpto fallaram os Sr. Arnaldo Damasceno Vieira, Heitor Pereira, Mario Vilalva, Henrique de Araujo e Francisco Schettino.

Offerceram serviços clinicos para os socios do Centro os Sr. Arnibal Galer, Henrique Duque, Jose Gualdo Vieira e Fernando Valle. Antes de terminar

[Fól. 1v]

a sessão foi recebida uma carta do Sr. Mozart
Monteiro, que será submetida à apreciação
da Assembleia. Nada mais havendo a tratar
o Sr. presidente encerrou a sessão.

Heitor Pereira
Secretario

Acto da 3ª Sessão do Centro de Cultura Brasileira

Realizou-se no dia 19 de Abril a terceira sessão do
Centro, o presidente fez um resumo da acção
da referida sociedade, durante a semana finda,
mostrando como já se tem feito benévola com
o auxilio gentil de alguns jornaes. Estes tem publicado
do topicos e artigos em torno de alguns pontos
do programma do Centro, applaudindo a attitude
dos seus fundadores e socios. Disse ainda o Sr.
Adelino Magalhães que respondera a um artigo
do Sr. Fabio Luz, no qual haviam saído algumas
criticas sobre a nova agremiação.

O actor Sr. Candido Nazareth falou sobre a criação
do curso para actores, assim como o Sr. Marcilio Pin
O Sr. João Hygino da Silva, presidente do Centro Mu
sical falou sobre o despresso em que os poderes
publicos deixam, no Rio, os musicos nacionaes
os quaes são victimas da exploração feita por certa
archestras estrangeiras. Sobre questões atinentes
ao jornalismo falaram os Srs. Rubey Wanderl
e Mauricio Teixeira e Pedro Pinastres.

Foram propostos e eleitos como socios os Srs.
Bastos Figue e Oscar Lopes. Em seguida, deu
se a realizar se a eleição de uma directoria pro
visoria, o Sr. Gastão Franca Amaral propoz que
fosse considerado presidente do Centro, interina
te, o Sr. Adelino Magalhães.

A eleição deu como resultado: Amadeu Amaral
vice presidente; 1º secretario - Mario Vitalva; 2º

[Fól. 2r]

secretários - Arnaldo Damasceno Vieira - 3º secretário -
Francisco Galvão, 1º tesoureiro - Porto da Silveira.
2º tesoureiro - Francisco Schettino - Diretoria de Publicidade -
Mancos Teixeira, Horacio Cartier, Rubey Wanderley e Alberto Nunes. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente encerrou a sessão.
Heitor Pereira
secretário.

Acto da 4ª sessão do Centro de Cultura Brasileira

Sob a presidência do Sr. Adelinio Magalhães, secretário da sessão pelo Sr. Heitor Pereira, realizou-se a quarta sessão do Centro em 26 de Abril de 1923. Foram apresentadas duas propostas sobre o curso de jornalistas e do curso de artistas scenicos, contendo cadeiras que devem constituir tais cursos e a sua repartição em séries. Estas propostas foram ás comissões competentes, de Publicismo e Theatro, e copias dellas serão enviadas á Associação de Imprensa, ao Circulo de Imprensa, á Associação dos Artistas e á Sociedade de Autores Theatraes. Sobre o Theatro Nacional falou o Sr. Adelinio Magalhães, lastimando que o empresario José Carneiro ainda continuasse a ser um entrave para a arte nacional. Falou a Srta. Maria Rosa Ribeiro, a qual fez considerações em torno do theatro brasileiro. O Sr. Aguiar Cyrineiro, verteu o procedimento de artistas como Sr. Machado Del Skeri que concorrem para a desmoralização da arte nacional. O Sr. Marcellino pediu a palavra para communicar que representaria a Sociedade ao festival de São Baltazar, nos debates tomarão parte Arnaldo D. Vieira, Jayme Paraiso, Cyrineiros e outros. O Sr. Porto da Silveira, fez largas considerações sobre a questão theatral no Brasil.